



**LEI N.º 2.000, DE 25 DE OUTUBRO DE 2001.**

*Dispõe sobre o assédio sexual no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA**, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

**Art. 1.º** Esta Lei constitui a prática de assédio sexual como exercício abusivo de cargo, emprego ou função nos poderes e instituições autônomas da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, estabelece punições cabíveis e define as regras de procedimento administrativo para a sua aplicação.

**Art. 2.º** No âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta de qualquer de seus poderes e instituições autônomas, é exercício abusivo de cargo, emprego ou função, aproveitar-se das oportunidades dele decorrentes, direta ou indiretamente, para assediar alguém com o fim de obter vantagens de natureza sexual.

**Art. 3.º** A prática de assédio sexual será punida, no caso de servidores civis, com penalidades disciplinares seguintes:

- I** – repreensão;
- II** – suspensão;
- III** – suspensão e multa;
- IV** – demissão; e
- V** – cassação de disponibilidade.

**§ 1.º** - As penalidades dispostas no “caput” deste artigo, não eliminam eventuais processos civis ou criminais.

**§ 2º** - Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos delas resultantes para o serviço público, as circunstâncias agravantes e/ou os antecedentes funcionais.



§ 3º - São circunstâncias que sempre agravam a pena:

- I – a superioridade hierárquica do agente;
- II – a prática contra usuário do serviço público ou contra pessoa mantida sob a guarda de instituição municipal;
- III – a reincidência.

§ 4º A ação disciplinar prescreverá no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

§ 5º A sindicância, quando necessária será cometida a servidor do mesmo gênero da vítima.

§ 6º A comissão encarregada do processo administrativo disciplinar será composta por servidor dos dois gêneros, e o seu presidente será do mesmo gênero da vítima.

§ 7º Quando a vítima for servidor público, terá direito, se requerer, a:

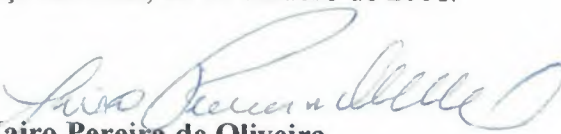
- a) remoção temporária, pelo tempo de duração da sindicância e do processo administrativo;
- b) remoção definitiva, após o encerramento da sindicância e do processo administrativo.

§ 8º Quando a vítima estiver sob a guarda de instituição municipal, terá direito se, requerer a remoção temporária, pelo tempo de duração da sindicância ou do processo administrativo.

**Art. 4º** Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal no prazo de 90 (noventa) dias.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço da Mata, 25 de outubro de 2001.

  
**Jairo Pereira de Oliveira**  
Prefeito